

Diplomática como base para a construção do método de identificação do documento de arquivo

Diplomatic as Basis for the Construction of the Archival Document Identification Method

Ana Célia Rodrigues

Universidade Federal Fluminense (UFF), Departamento de Ciência da Informação, Instituto Arte e Comunicação Social, Niterói, RJ, Brasil.

anaceliarodrigues@id.uff.br
<https://orcid.org/0000-0003-0851-528X>

Resumo: Apresenta a Diplomática como referencial metodológico para identificação dos documentos de arquivo, abordando o histórico da disciplina e o conceito de documento que norteou as correntes teóricas que se formaram em âmbito internacional. Demonstra que ao longo de sua evolução, o método proposto para análise documental, esteve associado à própria evolução do conceito de documento, objeto de estudos compartilhados pela Diplomática e pela Arquivística. Discute a relação estabelecida entre as duas áreas para formulação do método análise tipológica, nova abordagem da metodologia clássica da Diplomática aplicada aos estudos de gênese do documento no campo da Arquivística.

Palavras-chave: Diplomática. Tipologia documental. Documento de Arquivo.

Abstract: It presents Diplomatics as a methodological reference for the identification of archival documents, addressing the history of the discipline and the concept of document that guided the theoretical currents formed internationally. It demonstrates that throughout its evolution, the proposed method for documentary analysis was associated with the very evolution of the concept of document, object of studies shared by Diplomatics and Archives. It discusses the relationship established between the two areas for the formulation of the typological analysis method, a new approach to the classical methodology of Diplomatics applied to studies of the genesis of the document in the field of Archivistics.

Key-words: Diplomatic. Documentary typology. Archive Document.

Trajectoria da Diplomática e seu objeto: o documento

A Diplomática é uma ciência que compreende teoria, método e prática. A teoria reporta-se à natureza do documento e seus componentes (suporte, assinatura, pessoas competentes, ato administrativo, etc.). O método estabelece a maneira de proceder a análise da gênese do documento. A prática aplica a teoria e o método a situações concretas de análise documental, os estudos de casos—denominados Diplomática Especial.

A Diplomática geral “analisa o conceito, o objeto, método e história da Diplomática, junto com o conceito de sua gênese, transmissão e estrutura, incluindo também o estudo de outros caracteres internos ou externos como a data, os carimbos e a língua”. A Diplomática especial se ocupa “da tipologia documental, ou seja, dos documentos e dos grupos documentais e do estudo das instituições produtoras”¹.

A Diplomática, para Luciana Duranti, é a “disciplina que estuda o que é, e o que vem a ser o documento; estudo das formas e dos processos de formação dos documentos de arquivo”². Antonia Heredia Herrera ressalta que é “referencial teórico-metodológico importante para a identificação dos documentos”³.

O conceito de Diplomática experimentou um processo de mudança desde seu nascimento até o momento atual. No início, o termo aplicado a essa ciência, era usado para designar objetos escritos que estavam pregados e fechados, o *diploo*⁴. Depois os humanistas italianos começam a aplicar essa terminologia para designar peças documentais emanadas

¹ Ana Belén Sánchez Prieto. “La crítica Diplomática y la edición de conjuntos documentales”. In: Ángel Riesco Terrero. *Introducción a la Paleografía y la Diplomática General*. Madrid: Ed. Síntesis, 2001, p. 710.

² Luciana Duranti. *Diplomatica: nuevos usos para una antigua ciencia*. Carmona: Asociación de Archiveros de Andalucía, 1995, p. 1.

³ Antonia Heredia Herrera. *Archivística general; teoría y práctica*. 5 ed. Sevilla: Diputación Provincial, 1991, p. 61.

⁴ Na Antiguidade clássica, este termo referia-se a documentos escritos em duas tábuas unidas por uma dobradiça, dando origem a palavra diploma, que significa documento emitido pela autoridade soberana e de forma solene. Maria Belén García Piqueras. “Concepto, método, técnicas y fuentes de la Diplomática”. In: Ángel Riesco Terrero (org.). *Introducción a la Paleografía y la Diplomática General*. Madrid: Editorial Síntesis, 2001, p. 196. O *diploo*, era utilizado pelos greco-romanos, para fixar dados de memória, para correspondência, para apontar dados de negócios, como também para contratos ou títulos em forma de diplomas, fechados e selados como garantia de não serem falsificados. Manuel Romero Tallafigo. “Diplomática del documento contemporáneo: sus aportaciones para la valoración y selección en los archivos”. In: *Actas de las Primeras Jornadas sobre Metodología para la Identificación y Valoración de Fondos Documentales de las Administraciones Públicas*. Madrid: Dirección General de Bellas Artes y Archivos, 1992, p. 14.

das mais altas autoridades civil ou eclesiástica e, em um segundo momento, todo documento revestido em suas formas interna e externa de solenidades especiais. Essa acepção foi mantida nos séculos XVI e XVII, quando Jean Mabillon a consagrou definitivamente⁵.

Historicamente, a definição de Diplomática esteve intimamente ligada ao conceito de documento que caracteriza seu objeto. Entendido como peça singular ou integrante de um conjunto, esta concepção será distintiva para explicar as correntes teóricas de estudiosos que se formaram em torno da matéria em nível internacional e como ocorre sua aproximação com a Arquivística, para formulação do método de identificação da tipologia documental.

A Diplomática surgiu ligada ao direito patrimonial, desenvolvendo um estudo sistematizado do documento escrito para provar a autenticidade de títulos de terras da Igreja.

No século XVII, as guerras Diplomáticas, travadas dentro da Igreja Católica pelos Bolandistas e Dominicanos, deram nascimento a um grande número de disciplinas técnicas modernas que tendiam a determinar a confiabilidade dos documentos históricos, entre elas a Paleografia, a Sigilografia e a Diplomática.

Em 1675, a publicação do segundo volume do *Acta Sanctorum* pelos Bolandistas, sobre a vida dos santos, questionava a autenticidade dos documentos gerados pela ordem beneditina, colocando em dúvida a própria ordem religiosa. A obra continha um ensaio introdutório de Daniel Papenbroeck que esboçava critérios gerais para estabelecer a autenticidade dos diplomas (doações, privilégios) merovíngios preservados no mosteiro beneditino de Saint-Denis e outros papéis da França antes do ano 1000⁶.

Até o Renascimento, a palavra "diploma" não se identifica com "documento". Somente se considerava "diploma" aqueles "documentos mais antigos e solenes, provenientes dos soberanos e grandes senhores, isto é, daquelas autoridades de primeira ordem que em função do seu cargo precisavam organizar as chancelarias e cúria"⁷.

As palavras "diploma" e "documento" passaram a ser sinônimos, base sobre a qual Diplomática passaria a ser denominada a "ciência dos documentos".

⁵ Maria Belén Garcia Piqueras. "Concepto, método", *op. cit.*, p. 192.

⁶ Heather McNeil. *Trusting records: legal, historical and diplomatic perspectives*. Vancouver: Kluwer Academic Publishers, 2000, p. 20.

⁷ Juan Carlos Galende Díaz e Mariano Garcia Ruipérez. "El concepto de documento desde una perspectiva interdisciplinar: de la diplomática a la archivística". *Revista General de Información y Documentación*, 13-2 (2003), p. 10.

Esta definição aceita pelos historiadores e juristas do séc. XVI e XVII foi consagrada por Jean Mabillon, um monge de Saint-Denis, que em seu tratado de Diplomática *De Re Diplomatica Libri VI*, publicado em 1681⁸, estabelecia as regras fundamentais da crítica textual, instituindo a ciência da Diplomática e Paleografia.

Mabillon é quem efetua a primeira sistematização rigorosa sobre a autenticidade dos documentos de arquivo. A sua metodologia foi usada para examinar individualmente cerca de duzentos documentos diferentes, de várias épocas e os comparar. Verificou o que tinham em comum e qual era o procedimento do ambiente onde eles se encontravam. Os resultados obtidos neste estudo passaram a se configurar, como os pressupostos teóricos da disciplina. As suposições fundamentais do tratado de Mabillon eram que “o contexto em que o documento é criado se manifesta na sua forma física e intelectual, e que esta forma pode ser separada do conteúdo do documento e examinada independentemente disto”. Esse método transformou “fatos escritos em fontes históricas, e norteou a crença de que o conhecimento sobre o passado, que não era de direto acesso, podia, apesar de tudo, ser atingido ao serem examinadas as partes do documento”⁹.

A partir deste momento, o método começa a ser usado nos Tribunais e nas Faculdades de Direito. Diplomática e Direito são duas ciências que se harmonizam, sempre foram ensinadas juntas e sem conflito, pois a Diplomática ajuda a compreender as dimensões e as consequências legais do documento de arquivo¹⁰.

Na metade do século XVIII, entre 1750 e 1765, René Prosper Tassin e Charles Toustain escrevem um novo tratado de Diplomática, publicado em Paris, em seis volumes e intitulado *Nouveau Traité de Diplomatie*. Estes dois monges beneditinos reuniram documentos de toda a Europa e os compararam, chegando a conclusão de que a mesma função e a mesma atividade geravam o mesmo documento em qualquer lugar e que

⁸ Nesta obra, o autor destaca a vinculação jurídica dos documentos diplomáticos, “aspecto que constituía sua própria essência”, (Idem, p. 11) e define como objeto formal dos estudos a “razão ou composição, fórmulas e autoridade do documento como instrumento do homem na sociedade organizada”. Manuel Romero Tallafigo. “Ayer y hoy de la diplomática, ciencia de la autenticidad de los documentos”. In: Paola Carucci *et al.* (org.) *Documento y archivo de gestión: diplomática de ahora mismo*. Carmona: S & C / Universidad Internacional Menéndez Pelayo, 1994, p.16.

⁹ Heather McNeil. *Trusting records, op. cit.*, pp.21-22.

¹⁰ As pesquisas e publicações posteriores da área contribuíram para o aperfeiçoamento dos critérios diplomáticos, estruturando escolas que disseminaram conhecimento e formaram seguidores. Observam-se as contribuições dos estudos desenvolvidos na Alemanha, por Ficker e Sickel, Tessier, na *L'École des Chartes*, França; na Itália, Cesari Paoli e na Espanha, os centros de estudos, como a Real Academia da História e o Instituto de Estudos Medievais, na Universidade Autônoma de Barcelona, entre outros.

a estrutura e que a forma estabelecida para lidar com os atos, sempre se repetia, observa Luciana Duranti¹¹.

No século XIX, Teodor Von Sickel, comparando os documentos emitidos pela mesma chancelaria pôde adaptar o método distinguindo as partes que compõem o conteúdo documental, aceitas por todos os diplomatas até hoje: protocolo inicial, texto e protocolo final¹².

O austríaco J. Ficker, "dando-se conta de incoerências entre a data de alguns documentos e o lugar onde haviam sido publicados propôs a distinção conceitual entre o momento do ato jurídico e o momento do seu registro documental", definindo com nitidez estas duas fases principais do documento diplomático, a *actio* e a *conscriptio*, o momento do ato e o momento da documentação. Aponta nos documentos diplomáticos, seus aspectos históricos, valorizando além da forma documental, "o conteúdo do documento em função dos dados jurídicos e institucionais" que estejam presentes no mesmo¹³.

Em 1721, a Diplomática passa a ser ensinada para historiadores, como uma disciplina menor, denominada "ciência auxiliar da História". Sickel, criador junto com Ficker da Diplomática histórica, introduz o termo e o ensino da Diplomática no Instituto Austríaco de Investigação Histórica, fundado em Viena, em 1854, e a disciplina perde o status que tinha no período anterior¹⁴.

Na mesma linha dos alemães e austríacos, surgem os especialistas e escolas de Paleografia e Diplomática na França e Itália, destacando como centro pioneiro a *L'École des Chartes*, criada em 1821, onde a Paleografia passa a desenvolver-se como disciplina autônoma e há um progresso na formulação dos princípios que regem a Diplomática.

Em algumas reflexões sobre a Diplomática, o problema se apresenta na discussão sobre o objeto de investigação dessa disciplina. Nessas reflexões o elemento inovador resultou no propósito de ampliar o objeto ou o documento de natureza estritamente jurídica, e o âmbito de investigação, até então restrito sobre a idade medieval.

No final do séc. XIX e até grande parte do séc. XX, quando se dá o surgimento da chamada "crise" da Diplomática, um esgotamento dos estudos de Diplomática especial dos documentos medievais, não existia ainda unidade de critérios sobre o objeto de estudo da Diplomática,

¹¹ Luciana Duranti. "The Interaction of Research and Teaching: Speaking from the InterPARES Experience". In: *Encuentro de Educadores ICA/SAE - RIBEAU*, 2003 (CD-ROM).

¹² Enrique Pérez Herrero. "Diplomática del documento administrativo contemporáneo a través de los cuerpos legales vigentes. El caso de Canarias". *Boletín Millares Carlo*, 13 (1994), p. 294.

¹³ Luciana Duranti. *Diplomatica*, op. cit., p. 16.

¹⁴ Idem.

divergindo as opiniões acerca de quais documentos deveriam ser estudados pelos diplomatas.

Para Cesare Paoli, o documento diplomático é o “testemunho escrito de um fato de natureza jurídica, redigido de modo a observar certas formas estabelecidas, as quais se destinam a dar-lhe fé e força probatória”¹⁵.

Na década de 30, o francês Auguste Dumas, limita o objeto da Diplomática ao estudo dos documentos de caráter jurídico e, enquanto ciência, a estabelecer sua autenticidade ou falsidade. Apresentando uma perspectiva jurídica, define a Diplomática como a “ciência de aplicação das regras a que estão submetidas a redação e representação dos documentos”¹⁶.

Fichtenau (1962), defendendo a possibilidade de superar a “crise” sem modificar a vocação original da Diplomática, restrita ao estudo do documento medieval, propunha uma nova consideração: “o documento sozinho pode ser tomado como um fenômeno complexo nele mesmo e submeter-se a uma análise global, colocando forma e conteúdo juntos, fazendo emergir aspectos sociológicos nunca explorados a fundo pela área”. Propõe então, que o objeto da Diplomática passe a ser o estudo do documento, analisado no contexto da mentalidade do homem medieval, examinando-o em todos seus aspectos, atendendo assim tanto às implicações jurídicas, como as culturais¹⁷.

A escola italiana representada por Armando Petrucci (1963) se expressa a favor de um prosseguimento dos estudos tradicionais, mas renovando a pesquisa, defendendo que a Diplomática “deve permanecer essencialmente ciência do medieval”, já que é nesta época que o documento expressa além de uma relação jurídica e administrativa, as crenças religiosas, conceitos políticos, entre outros aspectos de uma sociedade que se revela nos documentos, diante de uma trama de formulas tradicionais, artifícios de retórica na linguagem e símbolos gráficos¹⁸.

O estudo do documento medieval (este de fato deve permanecer o objeto principal da pesquisa Diplomática) é conduzido por um novo ponto de vista, fundado em

¹⁵ Apud Heloísa Liberalli Bellotto. “Diplomática e tipologia documental”. In: *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 46.

¹⁶ Manuel Romero Tallafigo. “Diplomática del documento”, *op. cit.*, p. 19 e “Ayer y hoy de la diplomática”, *op. cit.*, p. 18.

¹⁷ Antonella Ghignoli. “La definizione dei principi e le metodologie diplomatistiche: innovazioni ed eredità”. *Annali della Facoltà di Lettere e Filosofia dell'Università di Siena*, 12 (1991), pp. 39-53.

¹⁸ Armando Petrucci. “Diplomatica vecchia e nuova”. *Studi Medievali*, 4-2 (1963), pp. 794.

conhecimento – e consciência – da mentalidade do homem medieval, e do seu modo de vida e de suas expressões¹⁹.

A concepção marxista que marca a historiografia na Europa Oriental neste período dos anos 60 influencia o pensamento de diplomatas, como Sébanek, o qual também não considerava a ampliação do objeto e do âmbito cronológico uma solução. Para ele a pesquisa “devia ultrapassar a crítica da forma e do conteúdo, e da análise da função jurídica para a consciência da função social do documento. A maneira orgânica de aproximar-se do material documental é representada pelo estudo da função social dos documentos, que constitui “o postulado teórico da Diplomática marxista”²⁰.

No século XIX, historiadores adotaram a Diplomática como uma ferramenta de crítica documental para avaliar a autoridade de registros medievais como fontes históricas. Ocorre seu desenvolvimento como disciplina, favorecido pela introdução dos estudos diplomáticos na academia, no campo dos estudos históricos, o que contribuiu para o desenvolvimento da sua metodologia, transformando-se em uma ciência estritamente medieval.

Os métodos utilizados pela Diplomática tradicional e histórica deviam avançar e descobrir na História a função social que tinha o documento na configuração de um tecido social determinado em um momento dado²¹.

De acordo com Antonella Ghignoli, esta metodologia se aplica na prática, fundamentada no seguinte princípio: “o diplomata preocupado em descobrir a função social do material que estuda, deve examinar todas as condições nas quais, um membro de uma determinada classe social se dissipa, recebe, conserva e utiliza um ato diplomático”²².

Para o italiano Pratesi, o enfoque do social na análise diplomática dos documentos “é uma das ópticas de estudo, mas de modo algum o aspecto social é exclusivo, não o único possível”. Assim, a primeira ação do diplomata é “estabelecer a tradição, a gênese e ingenuidade do documento e realizar o estudo crítico do mesmo, a fim de determinar seu valor como testemunho histórico e no mais amplo sentido da palavra, abarcando desde a história política, econômica e social até a história da língua”²³.

¹⁹ Idem.

²⁰ Antonella Ghignoli. “La definizione dei principi”, *op. cit.*.

²¹ Manuel Romero Tallafigo. “Ayer y hoy de la diplomática”, *op. cit.*, p. 18.

²² Antonella Ghignoli. “La definizione dei principi”, *op. cit.*.

²³ Juan Carlos Galende Díaz e Mariano Garcia Ruipérez. “El concepto de documento”, *op. cit.*, p. 15.

No período compreendido entre 1960 e 1970, surge uma nova corrente diplomata, formada por estudiosos que alargam o conceito de documento e as tradicionais fronteiras cronológicas, ampliando o campo de estudo da Diplomática, até então restrito aos documentos medievais. Surge a necessidade de aprofundar o estudo do conteúdo do documento e estabelecer um novo método.

A escola francesa representada pelos diplomatas da L'École des Chartes adota uma postura específica, atribuindo a causa desta "crise" a um empobrecimento dos estudos de Diplomática, não a um esgotamento do campo documental.

Para Georges Tessier, Diplomática "é o conhecimento racional das regras de forma que se aplicam às atas escritas e aos documentos similares" e sua finalidade é "a descrição e explicação das formas do documento escrito"²⁴, o que supõe analisar não só a forma dos documentos, mas também a busca de uma explicação sobre as circunstâncias de sua produção.

Tessier, alargando o conceito de documento de forma a aplicar os conceitos da disciplina a qualquer documento que fosse prova de ação, abre novos horizontes nos estudos de Diplomática.

Nestes anos 60, Robert Henri Bautier insiste em uma renovação da Diplomática, em sua conferência de abertura do curso de Diplomática da L'École de Chartes, "propõe ampliar o objeto da Diplomática a todas as peças do arquivo, sem distinção de língua, escrita, geografia ou tempo", convidando os novos pesquisadores a estudar os "papéis administrativos modernos (...) que são parte e trâmite da documentação"²⁵.

Bautier desenha "a nova fronteira" da Diplomática, rompendo com a barreira do medievalismo, ao propor o estudo a todos os documentos de arquivo. Para a Diplomática francesa de Bautier, a essência do documento está em sua condição de prova. Ele estabelece uma identidade entre documento diplomático e documento de arquivo e define o novo objeto da crítica Diplomática: todas as peças de arquivo²⁶.

Em Moscou, em 1970, durante o congresso realizado pelo Comitê Internacional de Ciências Históricas, a Comissão Internacional de Diplomática define a Diplomática, como a "ciência que estuda a tradição, a forma e a elaboração das atas escritas. Seu objetivo é fazer a crítica, julgar sobre sua autenticidade diplomática, realizar uma valorização da

²⁴ Georges Tessier. *La diplomatie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1952, pp. 13-15.

²⁵ Armando Petrucci. "Diplomatica vecchia e nuova", *op. cit.*, p. 790.

²⁶ A Diplomática francesa de Tessier identificou o objeto da Diplomática com os "*actes instrumentaires* compreendendo na noção de documento os *actes administratifs* e os *papiers administratifs*". Antonella Ghignoli. "La definizione dei principi", *op. cit.*.

qualidade do texto, extrair das fórmulas todos os elementos interessantes susceptíveis de serem utilizados pelos historiadores, datá-los e em último, editá-los”, tendo por objeto, “todo documento, independente da época em que foi elaborado”²⁷.

A Diplomática passa à categoria de ciência autônoma, vinculada a outras disciplinas que atuam mutuamente como auxiliares. Os pressupostos para uma perspectiva mais ampla da Diplomática partiram da escola francesa, representada por Tessier e Bautier, mas “foi a partir dos anos 50 do século XX, com o apoio dos consagrados arquivistas e teóricos da arquivística inglesa e italiana, respectivamente, Hilary Jenkinson e Giorgio Cencetti, que a moderna Diplomática veio a encontrar seu pouso enriquecedor na Arquivística”, ressalta Heloisa Bellotto²⁸.

É nos anos 80 do século passado, a partir dos modernos estudos arquivísticos que a Diplomática é revisitada pela Arquivística com o objetivo de aplicar os princípios teóricos e metodológicos aos documentos de arquivo²⁹. Uma nova abordagem do uso da metodologia preconizada pela Diplomática, bastante difundida na arquivística nacional e internacional, que deu origem a um novo campo de estudos, a tipologia documental.

Tipologia documental: nova abordagem do método da Diplomática no campo da Arquivística

Tradicionalmente, a Diplomática tem estudado o documento individual, produto do fato jurídico. A sua utilidade se limitou inicialmente a resolver uma disputa legal, sendo estendida para dar suporte à pesquisa histórica. Qualificada como “ciência auxiliar da História”, seu método foi utilizado para examinar a veracidade dos documentos antigos, dada à própria conformação da metodologia da História positivista no século XIX, pois,

²⁷ Juan Carlos Galende Díaz e Mariano Garcia Ruipérez. “El concepto de documento”, *op. cit.*, p. 15

²⁸ Heloísa Liberalli Bellotto. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica em arquivística; reconhecendo e utilizando o documento de arquivo*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo e Arquivo do Estado, 2000.

²⁹ Esta concepção moderna no que se refere ao conceito, método e campo da Diplomática, “é a que há assumido a escola espanhola de diplomatas deste século, entre os quais se destacam J. González, F. Arribaz, Nuñez Contreras (...), entre outros que integram uma ampla lista de docentes atuais das universidades espanholas”. Juan Carlos Galende Díaz e Mariano Garcia Ruipérez. “El concepto de documento”, *op. cit.*, pp. 16-17.

fornecia instrumentação para chegar-se à autenticidade e à fidedignidade de documentos, verdadeira obsessão dos historiadores da época, a Diplomática, naturalmente, incorporou-se aos estudos arquivísticos, quando estes se tornaram sistemáticos, no mesmo século XIX, sobretudo na Itália, França e Alemanha. Entretanto, sua vinculação dava-se, mais que tudo, através da paleografia, uma vez que esta fornecia elementos seguros, como é evidente, para a questão da autenticidade dos documentos, pelo exame da escrita. Mas, na ampliação de sua esfera de ação, a Diplomática viria a, pouco a pouco, distanciar-se da Paleografia³⁰.

O documento diplomático, na abordagem clássica da Diplomática, é o documento indivíduo, escrito, o qual os diplomatas analisam do ponto de vista da tradição ou transmissão, dos elementos da forma e do processo de elaboração, para se chegar a sua autenticidade no âmbito do sistema jurídico vigente. O documento produzido pelas administrações atuais é, muitas vezes, desprovido de "requisitos formais e de determinados caracteres extrínsecos e intrínsecos exigidos pela lei ou pelos usos e costumes com valor de norma, que afetam a sua estrutura, teor, conteúdo, solenidade, validade, categoria e tipologia"³¹.

Hoje o conceito do documento é mais amplo do que no passado, porque se passou a entender que ele reflete a própria complexidade do seu ambiente de produção, e para analisá-lo é necessário compreender a lógica de funcionamento do órgão que o produziu.

A prática usual da crítica Diplomática, sob a dupla perspectiva histórica e jurídica do documento, foi tradicionalmente a finalidade de aplicação do método. Este uso que se faz da disciplina continua valendo ainda que atualmente ela tenha sido empregada no campo da Arquivística.

A essência original da Diplomática reside na sua viabilidade de contribuir para a averiguação da autenticidade relativamente aos elementos que compõem a estrutura do documento, em especial, aos documentos ditos "de fé", mas não só. Hoje, todo o instrumental da Diplomática - enriquecido através dos mais de 3 séculos de sua existência com novas metodologias cada vez mais refinadas e abrangentes, alcança hoje todo o rico

³⁰ Heloísa Liberalli Bellotto. "O espaço da diplomática no ensino da arquivologia". In: *Arquivos: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 407.

³¹ Angel Riesco Terrero. *Introducción a la paleografía y la diplomática general*. Madrid: Editorial Síntesis, 2001, p. 91.

aporte da tecnologia da informação. Esse instrumental enriquecido habilita-a a alcançar todos os documentos arquivísticos vindos das mais diferentes proveniências e nos mais variados suportes. Com isso, a Diplomática estende significativamente seu campo de ação, não se afastando, entretanto, da sua essência: entender o documento de dentro para fora, ao contrário da Arquivística, que o entende de fora para dentro³².

O método diplomático apresenta duas perspectivas: analítico, com finalidade de realizar a crítica/partição documental para estudar os elementos internos e externos que configuram o documento e genético, permitindo comparações entre eles.

Portanto, quais elementos considerar na análise para caracterizar a natureza do documento?

A Diplomática desenvolveu princípios metodológicos próprios para efetuar a análise diplomática, que consiste em identificar³³:

1. Os elementos da estrutura documental.

- Procedimento: estudar a fórmula do documento do ponto de vista de sua estrutura, seus caracteres internos e externos.
- Elementos considerados na análise: partes do documento.

Protocolo	<ul style="list-style-type: none"> • Invocações simbólica e verbal
	<ul style="list-style-type: none"> • Titulação
	<ul style="list-style-type: none"> • Direção
	<ul style="list-style-type: none"> • Saudação
Corpo ou texto	<ul style="list-style-type: none"> • Preâmbulo
	<ul style="list-style-type: none"> • Notificação
	<ul style="list-style-type: none"> • Dispositivo
	<ul style="list-style-type: none"> • Cláusulas Finais
Protocolo Final	<ul style="list-style-type: none"> • Data
	<ul style="list-style-type: none"> • Validação

Fonte: Alberto Tamayo. "Diplomática". In: *Archivística, Diplomática y Sigilografía*. Madrid: Cátedra, 1996, p. 63.

³² Heloísa Liberalli Bellotto. "A Diplomática como chave da teoria arquivística". *Archeion Online*, 3-2 (2015), p. 5.

³³ A descrição destes princípios e das atividades desenvolvidas no procedimento da identificação para a análise do documento é uma síntese das abordagens de Angel Riesco Terrero, *Introducción a la paleografía, op. cit.*, p. 9; Ana Belén Sánchez Prieto. "La crítica Diplomática", *op. cit.*, pp. 349 e 351, e Maria Belén Garcia Piqueras. "Concepto, método", *op. cit.*, pp. 198-199.

2. O modo de transmissão, a tradição documental.
 - Procedimento: distinguir documentos originais de cópias.
 - Elementos considerados na análise:
No original ou reprodução exata, determinar:
 - a) Caracteres externos: o material, a escrita, o formato do material, os signos gráficos especiais, até exame paleográfico.No original ou cópia, determinar:
 - b) Caracteres internos: teor documental e suas fórmulas, a língua e o discurso diplomático ou modo de articulação do discurso documental.
3. O processo de elaboração, a gênese documental (a ação)
 - Procedimento: determinar origem do documento e as fases pelas quais passou desde que foi criado por seu autor, até sua chegada ao destinatário.
 - Elementos considerados na análise: origem, procedência, época (data), autoria e destinatários dos documentos.

Luciana Duranti destaca que este método antigo só se aplicava aos documentos qualificados como evidência do ato jurídico, eliminando do conjunto todos os documentos que levavam a um ato ou ação e aqueles que registravam uma atividade, como por exemplo, a correspondência³⁴. “A Diplomática como sistema era rígida para contemplar documentos mais abertos, soltos. Era necessário olhar para a disciplina em si”, para ampliar a perspectiva de aplicação do método aos documentos atuais, sobretudo os digitais, observa. A primeira autora a apontar esta questão é Paola Carucci (1987), ao analisar os documentos da administração pública italiana.

Amplia o conceito de documento arquivístico, examina o procedimento administrativo de criação do documento, analisa o processo de produção do documento em sua relação com a administração. Inova, olhando para o *dossiê*, como produto do procedimento administrativo, cujo relacionamento com a administração é observado em vários documentos. Os documentos modernos podem levar a uma compreensão fragmentada da História, pois o fato está refletido em vários documentos

³⁴ Luciana Duranti. “The Interaction”, *op. cit.*.

e é necessário recuperar esta relação que existem entre eles, para que se possa verificar o fato representado³⁵.

A Diplomática é uma disciplina investigativa, enfatiza Luciana Duranti, que parte da análise do objeto para produzir conhecimento arquivístico necessário à realização das tarefas técnicas arquivísticas³⁶. A metodologia diplomática é um método analítico de investigação, onde o estudo do documento é tomado como referencia, porque ele “fala por si mesmo”, refletindo as relações expressas entre a forma documental e o contexto administrativo de sua produção, conhecimento que fundamenta o desenvolvimento das funções arquivísticas em qualquer momento do ciclo de vida documental.

O diplomata, ao estudar a gênese e forma dos documentos contemporâneos, obtém uma visão da administração funcionando, e não através de regulamentos ou manuais. Os passos administrativos são vistos em cada caso concreto. Os quadros sinópticos, que muitas vezes se refletem em quadros de classificação, são uns dos documentos mais importantes para melhorar com fundamentos a ‘organização e métodos’ de uma empresa³⁷.

Na nova abordagem do método, as competências, funções e atividades desempenhadas, que se articulam nos procedimentos de gestão, são elementos inovadores, introduzidos na metodologia da Diplomática contemporânea para identificar o documento de arquivo. Permite que o olhar do pesquisador – diplomata ou arquivista - vá além da decomposição das partes do documento jurídico, para determinar sua autenticidade ou valor como fonte para a História. A finalidade desta análise agora é revelar estes vínculos de proveniência e organicidade que o documento apresenta com sua origem, base de sustentação e perspectiva da crítica para a Arquivística.

Se o vínculo arquivístico que o documento mantém com sua origem é o enunciado desta nova perspectiva de análise, os elementos que o representam passam a integrar o método, agora denominado de análise tipológica.

³⁵ Idem.

³⁶ Idem.

³⁷ Manuel Romero Tallafigo. “Ayer y hoy”, *op. cit.*, p. 38.

Nos anos 80, as experiências metodológicas desenvolvidas na Espanha no campo da tipologia documental se tornaram referência para estes estudos arquivísticos em países latino-americanos e no Brasil.

O Grupo de Arquivistas Municipais de Madri³⁸, pioneiro em aplicar a metodologia para a identificação de tipologias de documentos públicos para a realização de tarefas arquivísticas, desenvolve um modelo de análise documental para estudar as tipologias de documentos dos arquivos municipais, como fundamento para a classificação e descrição. O produto desta pesquisa ficou registrado no manual de tipologia documental, que passou a ser considerado como o instrumento típico desta tarefa. O grupo também inova ao aplicar a perspectiva genético-comparativa preconizada pela Diplomática clássica, para identificar as séries acumuladas em arquivos e a partir da comparação com as atuais, normalizar as séries documentais para efeitos de tratamento arquivístico.

Vicenta Cortés Alonso (1986, p. 421) aponta os elementos considerados no modelo de análise utilizado pelo Grupo de Arquivistas Municipais de Madrid para estudar a tipologia documental dos municípios, que resultou no seguinte esquema básico³⁹:

³⁸ O grupo, formado por arquivistas municipais de Alcobendas, Alcalá de Henares, Alcorón, Getafe, Leganes, Madrid, Móstoles e San Sebastian de los Reyes e ANABAD, iniciou a pesquisa em 1981 e se reuniu durante cinco anos. Foram estudados 50 tipos documentais da produção atual das administrações municipais, cujo critério de escolha foi "a maior incidência na vida dos cidadãos e na atividade do Município", com o objetivo de "facilitar o trabalho da administração e a custódia de documentos". Vicenta Cortés Alonso. "Nuestro modelo de análisis documental". *Boletín de ANABAD*, 3 (1986), p. 420.

³⁹ O modelo desenvolvido pelos arquivistas municipais de Madri, sob a coordenação de Vicenta Cortés Alonso, foi apresentado à comunidade arquivística em 1986, sob o título "Nuestro modelo de analisis documental" Cf. Idem e Vicenta Cortés Alonso. *Nuestro modelo de análisis documental*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2005 e analisado por Heloisa Liberalli Bellotto "Diplomática e tipologia documental". In: *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, pp. 89-90. O modelo é base do trabalho desenvolvido para o Município de Campo Belo, MG, referência para o Sistema de Identificação de Tipologia Documental (SITD) do Programa de Gestão de Documentos do Governo do Estado do Rio de Janeiro (PGD-RJ), pesquisas desenvolvidas por Ana Célia Rodrigues, *Tipologia documental como parâmetro para a gestão de documentos de arquivos: um manual para o Município de Campo Belo, MG*. Dissertação de Mestrado em História Social: Universidade de São Paulo, 2003 e Ana Célia Rodrigues. "Identificação arquivística como requisito metodológico do Programa de Gestão de Documentos do Governo do Estado do Rio de Janeiro (PGD-RJ): reflexões sobre a construção teórica dos procedimentos e instrumentos". In: *Anais do XIII ENANCIB*. Rio de Janeiro: ENANCIB, 2012. Ver também: Mariana Batista do Nascimento, Patrícia de Mello e Silva e Ana Célia Rodrigues. "Sistema de Identificação de Tipologia Documental: instrumento técnico de aplicação da metodologia de identificação arquivística no âmbito do Programa de Gestão de Documentos do Estado do Rio de Janeiro". In: *Anais do XIX ENANCIB*. Londrina: UEL, 2018. pp. 5255-5274.

<ul style="list-style-type: none"> • Tipo documental, que resulta da espécie documental aliada a atividade. <ol style="list-style-type: none"> 1. Sua definição (encontrada na legislação, em tratados de direito administrativo, em manuais de rotinas burocráticas, em glossários em dicionários terminológicos ou no próprio documento) 2. Os caracteres externos: gênero, suporte formato e forma.
<ul style="list-style-type: none"> • O código da série, que corresponde ao tipo no plano de classificação e posição da série no do fundo ou no conjunto maior.
<ul style="list-style-type: none"> • A entidade produtora / acumuladora e suas atribuições, com suas subdivisões correspondentes, se for o caso.
<ul style="list-style-type: none"> • A atividade que gera o tipo documental em foco
<ul style="list-style-type: none"> • O destinatário, se for o caso
<ul style="list-style-type: none"> • Legislação que cria a entidade e a função / atividade que origina a série.
<ul style="list-style-type: none"> • Tramitação dos documentos, que é a sequência das diligências e ações (trâmites) prescritas para o andamento de documentos de natureza administrativa até seu julgamento ou solução. É o procedimento que gera a tipologia e na qual ela atua.
<ul style="list-style-type: none"> • Os documentos básicos que compõem o processo, se for o caso.
<ul style="list-style-type: none"> • A ordenação, que é a posição dos documentos na série.
<ul style="list-style-type: none"> • Conteúdo, no sentido dos dados repetitivos na tipologia analisada.
<ul style="list-style-type: none"> • Vigência, que corresponde ao tempo de arquivamento no arquivo setorial.
<ul style="list-style-type: none"> • Prazos de destinação (eliminação ou preservação em arquivos permanente).

Fontes: Vicenta Cortés Alonso. "Nuestro modelo de análisis documental". *Boletín de ANABAD*, 3 (1986), pp. 419-434 e Heloísa Liberalli Bellotto. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica em arquivística; reconhecendo e utilizando o documento de arquivo*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo e Arquivo do Estado, 2000.

Mariano García Ruipérez analisa os estudos desenvolvidos por diplomatas espanhóis sobre documentos municipais, discutindo sobre os resultados da aplicação do método diplomático em sua perspectiva clássica e contemporânea⁴⁰.

⁴⁰ Mariano Garcia Ruipérez. "Los estudios de tipología documental municipal: entre la archivística y la diplomática". In: José Andrés Casquero Fernandez (coord.). *Homenaje a*

O método de análise da Diplomática clássica é aplicado a documentos simples, produzidos em municípios entre os séculos XIII e o século XVI. Esta análise efetuada “se detém na estrutura, desde a intitulação até a data e validação remarcando as diferenças e semelhanças entre eles”⁴¹.

Agrupar documentos pela sua tipologia diplomática é uma característica da própria da Baixa Idade Média, informa o autor. A partir do século XVI os documentos simples relativos a um determinado assunto, passam a ser agrupados e costurados formando expedientes. Estes documentos compostos, em formato de expedientes, constituem na verdade a quase totalidade dos documentos conservados nos arquivos municipais da Espanha e para sua organização “é necessário conhecer sua origem funcional, sua produção seriada, sua vigência, o que não é incluído pelos diplomatas nos seus estudos sobre documentos simples”.

Os arquivistas municipais de Madri tentaram resolver as deficiências apresentadas nestes estudos analisando documentação municipal produzida no século XX e chegaram a resultados normalizados sobre a estrutura e a denominação dos documentos. O método de análise de cada série documental “permitia afrontar com êxito não apenas o estudo de um determinado diploma, senão a classificação, ordenação e descrição de quase a totalidade da documentação municipal contemporânea gerada após o estabelecimento do regime franquista”. García Ruipérez enfatiza a diferença entre os referidos métodos de análise documental, ao afirmar que

a quase totalidade destas séries estudadas são documentos compostos, como *expedientes* e os documentos simples se servem da análise Diplomática clássica. Mais importante para os arquivistas é deterem-se na legislação, na tramitação e nos documentos que compõe o *expediente*, depois de adequadamente definido. Além disto, cada série esta perfeitamente integrada dentro do grupo e subgrupo correspondente⁴².

A aparição dos manuais de tipologia documental permitiu abrir um novo caminho de estudos da documentação local deste século, o que não era objeto de interesse dos estudos desenvolvidos pelos diplomatas e daquelas utilizadas pelos administradores em suas publicações.

Antonio Matilla Tascón. Zamora: Diputación Provincial de Zamora/ Instituto de Estudios Zamoranos “Florián de Ocampo”, 2002, pp. 281-290.

⁴¹ Idem.

⁴² Idem.

A partir destes resultados divulgados pelo Grupo de Arquivistas Municipais de Madri, inicia-se um movimento de formação de grupos de trabalhos na área. Outras iniciativas foram surgindo, adaptando o modelo às circunstâncias e especificidades das administrações estudadas. As experiências realizadas pelos grupos de arquivistas na área de governo civil, fazenda, arquivos universitários, da administração local, entre outros, passam a ser discutidas em congressos e reuniões de trabalho, sendo tratada como temática em revistas especializadas da área.

Antonia Heredia Herrera destaca a estreita relação estabelecida entre a Diplomática e a Arquivística para a formulação do método de identificação da tipologia documental a partir dos parâmetros metodológicos da Diplomática clássica⁴³.

A metodologia aplicada ao tipo documental vem sendo denominada análise documental. Devemos muito a Vicenta Cortés sobre este e outros temas, porque criou um modelo de análise documental partindo do modelo de análise do tipo diplomático, adequando-o às necessidades arquivísticas do momento. Passado o tempo surgem novos conceitos, como o da identificação⁴⁴.

Segundo a autora, a Diplomática é “a ciência que estuda o documento, sua estrutura, suas cláusulas, para estabelecer as diferentes tipologias e sua gênese dentro das instituições escriturárias a fim de analisar sua autenticidade”. Posiciona a Diplomática como ciência auxiliar da Arquivística, dizendo que a Diplomática é um referencial teórico-metodológico importante para a identificação dos documentos porque “contém em si todas as informações indispensáveis para a análise. Portanto os diplomatas não dependem de uma organização prévia do acervo, mas sim a Arquivística retira desse método de análise fontes para a realização da classificação, da descrição ou da avaliação”⁴⁵.

A perspectiva aberta pela Diplomática, nesta nova abordagem denominada tipologia documental, é fundamental para a realização de tarefas arquivísticas. Quando se tem que analisar documentos produzidos em sistemas eletrônicos ou para identificar tipologias dispersas entre massas de documentos acumulados, a finalidade desta crítica é

⁴³ Antonia Heredia Herrera. “En torno al tipo documental”, *op. cit.*

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Antonia Heredia Herrera. *Archivística general; teoría y práctica*. Sevilla: Diputación Provincial, 1991.

“compreender a ação da qual participa o documento e o documento em si mesmo”⁴⁶.

Os documentos diplomáticos, objeto da Diplomática, se a disciplina for tomada em sua perspectiva clássica, “são os de natureza jurídica que, refletem no ato escrito às relações políticas, legais, sociais e administrativas entre o Estado e os cidadãos, cujos elementos semânticos são submetidos a fórmulas preestabelecidas”. Na perspectiva contemporânea da Diplomática, os documentos são analisados na direção de seu contexto de produção, “nas relações entre as competências / funções / atividades do órgão produtor e neste sentido, apresentam suas profundas relações com a Arquivística”⁴⁷.

Este conhecimento foi se disseminando entre os arquivistas de países ibero-americanos, contribuindo para o início da construção de tradições arquivísticas no campo da tipologia documental.

No Brasil, os textos publicados por Heloísa Liberalli Bellotto, primeiramente em 1982 e com novas abordagens em 1990, são considerados como referencial teórico sobre tipologia documental e os conceitos abordados pela autora, foram incorporados à literatura arquivística e à prática desenvolvida nos arquivos do país. Esta autora traz para os estudos diplomáticos a diferença entre espécie documental e tipo documental, o que não havia sido tratado antes por outros autores. A espécie documental é a “configuração que assume o documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas” (ex: requerimento, lei, decreto, portaria), objeto da diplomática e o tipo documental, “a configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que ela representa” (requerimento de licença de saúde, portaria de nomeação de cargo), objeto da tipologia documental, que dá origem à série documental “sequência de unidades de um mesmo tipo documental”, conceitos publicados pelo Dicionário de Terminologia Arquivística de São Paulo⁴⁸.

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que “a espécie pode ser tomada isoladamente como expressão Diplomática. Se tomada coletivamente, em sua expressão funcional, ela será um tipo”, objeto dos estudos de tipologia documental. A autora define este campo da arquivística como “estudos tipológicos”, cuja finalidade é analisar a “fórmula” (Diplomática) somada à atividade que a gerou (tipologia)⁴⁹.

⁴⁶ Luciana Duranti. *Diplomatica, op. cit.*, p. 179.

⁴⁷ Heloísa Liberalli Bellotto. *Como fazer análise diplomática, op. cit.*.

⁴⁸ Ana Maria de Almeida Camargo e Heloísa Liberalli Bellotto (coord.). *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

⁴⁹ Heloísa Liberalli. “Documento de arquivo e sociedade”, *op. cit.*, p. 93.

As metodologias de tratamento documental num e noutro campo são distintas, porém, ao mesmo tempo, imbricadas. O campo de aplicação da Diplomática gira em torno do verídico quanto à estrutura e à finalidade do ato jurídico. Já o da Tipologia gira em torno da relação dos documentos com as atividades institucionais / pessoais⁵⁰.

Para a arquivística brasileira, a Diplomática e a tipologia documental são campos de estudos complementares, porém com métodos próprios de identificação dos elementos do documento. Os modelos de análise diplomática e tipológica, amplamente divulgados pela autora, são diferentes entre si, uma vez que para a Diplomática o grande interesse está no teor documental e para a tipologia está nas inter-relações no interior do conjunto documental.

O objeto da tipologia é a lógica orgânica dos conjuntos documentais. Utiliza-se a mesma construção Diplomática para assinalar o registro do que se quer dispor ou do que já foi cumprido sobre a mesma função. Por isso mesmo, a tipologia pode ser chamada de Diplomática arquivística ou, melhor ainda, de Diplomática Contemporânea, se se atentar o quanto o objeto e os objetivos de ambas podem ser amalgamados⁵¹.

O fato é, que embora a tipologia documental, enquanto campo teórico esteja em processo de construção, se pode afirmar que entre a Diplomática e a Arquivística existem sólidos vínculos de inter-relações e complementaridade, estabelecidos em razão de compartilharem um objeto e campo comum: o documento.

Por isso, a tipologia documental, ao incorporar todo o corpo teórico e metodológico da antiga Diplomática, pode ser chamada de Diplomática arquivística ou, melhor ainda (se se atentar para o quanto o objeto e os objetivos de ambas podem ser amalgamados), de Diplomática contemporânea, como quer Bruno Delmas, Para ele, a preocupação da Diplomática é, agora, menos

⁵⁰ Idem, p. 21.

⁵¹ Idem, p. 20.

o estudo da estrutura, da forma, da gênese ou da tradição e mais da tipologia dos documentos⁵².

Então, como delimitar as fronteiras entre estes campos de estudos? Bautier já colocava esse problema e o resolveu afirmando que “a Arquivística não se interessa pelo documento em si, mas pelo conjunto de documentos, enquanto a Diplomática se atém ao documento de arquivo sozinho: à sua forma de abordagem e à sua gênese”⁵³.

O método de identificação de tipologias documentais e a base teórica que o sustenta, produto da revisão da Diplomática clássica, passam a influenciar a arquivística dos países de tradição ibérica em busca de parâmetros normalizados para a realização das tarefas arquivísticas.

Pesquisas realizadas por Rodrigues abordam a relação da Diplomática com a Arquivística, em sua perspectiva clássica e contemporânea, para formulação do método de identificação de tipologia documental no contexto da identificação arquivística como base da gestão de documentos e tratamento de documentos acumulados em arquivos⁵⁴.

No âmbito da ciência arquivística, a Diplomática tem sido reinventada, adaptada, como uma ferramenta para compreender o complexo processo de produção dos documentos da burocracia contemporânea. Com a ampliação do campo da Arquivística, que passou a olhar para o documento em todo o seu ciclo de vida, e as necessidades de desenvolvimento de metodologias para sustentar os novos programas arquivísticos, “os arquivistas redescobrem a importância do estudo crítico do documento e voltam à Diplomática para provar os valores dos seus princípios e métodos para documentos modernos e contemporâneos”⁵⁵.

Nesta dimensão, é legítimo inferir que os métodos de análises de uma e outra disciplina são distintos, embora suas finalidades sejam parcialmente coincidentes e que a Diplomática segue tendo seus propósitos próprios, distintos da tipologia documental, uma nova área de estudos sobre o documento de arquivo.

Considerações finais

⁵² Idem, p. 53.

⁵³ Apud Armando Petrucci. “Diplomatica vecchia e nuova”, *op. cit.*, p. 789.

⁵⁴ Ana Célia Rodrigues. *Tipologia documental como parâmetro para a gestão de documentos de arquivos*, *op. cit.* e Ana Célia Rodrigues. *Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos*. Tese de Doutorado em História Social, Universidade de São Paulo, 2008.

⁵⁵ Luciana Duranti. *Diplomatica*, *op. cit.*, p. 36.

Por compartilharem de objetos comuns – o documento de arquivo – a Diplomática e a Arquivística sempre mantiveram um diálogo profícuo, razão pela qual a discussão sobre o conceito de documento e a metodologia da análise documental permeia o debate teórico de diplomatas e arquivistas no cenário internacional.

Para alguns teóricos da área, a Diplomática continua sendo a ciência originalmente criada para reconhecer e definir a autenticidade do documento, a peça documental produzida a partir de atos emanados pelo sistema jurídico. O princípio analítico-comparativo preconizado pela Diplomática clássica, aplicado à Arquivística, constitui a base dos estudos de gênese documental, que tem por finalidade identificar os documentos produzidos por relações estabelecidas em qualquer contexto de produção, para além daquelas estritamente juridicamente.

Analisando as discussões sobre o objeto da Diplomática e o seu campo de estudos, é uma adaptação da metodologia da Diplomática às necessidades de sua aplicabilidade no campo das outras ciências que auxilia: num primeiro momento o Direito, depois a História e hoje, a Arquivística.

O que se observa é que ao ampliar a análise sobre o conceito de documento, agora visto na perspectiva dos sólidos vínculos de inter-relacionamento com seu contexto de produção, o método de análise proposto passa a refletir os princípios da Arquivística, incorporando novos elementos para identificar o documento no interior do conjunto ao qual pertence.

A Arquivística, ao olhar para o documento como conjunto e como resultado destas relações, se inspirou no método da Diplomática, adaptando-o para formular a metodologia proposta pela tipologia documental.

Referências

- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. "A Diplomática como chave da teoria arquivística". *Archeion Online*, 3-2 (2015), pp. 4-13. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion/article/view/27544>
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. "Diplomática e tipologia documental". In: *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. "Documento de arquivo e sociedade". *Ciências x Letras*, 31 (2002), pp. 167-175.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. "Tipologia documental em arquivística". *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, 195 (1982), pp. 9-17.

- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. "Tipologia documental em arquivos: novas abordagens". *Arquivo de Rio Claro*, 1 (1990), pp. 4-15.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica em arquivística; reconhecendo e utilizando o documento de arquivo*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo e Arquivo do Estado, 2000 (Projeto Como Fazer). Disponível em: http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf8.pdf
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos: estudos e reflexões*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli (coord.). *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.
- CARUCCI, Paola. *Il documento contemporaneo: diplomatica e criteri di edizione*. Roma: La nuova Italia Scientifica, 1987.
- CORTÉS ALONSO, Vicenta. "Nuestro modelo de análisis documental". *Boletín de ANABAD*, 3 (1986), pp. 419-434. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=802380>
- CORTÉS ALONSO, Vicenta. *Nuestro modelo de análisis documental*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2005.
- DURANTI, Luciana. "The Interaction of Research and Teaching: Speaking from the InterPARES Experience". In: *Encuentro de Educadores ICA/SAE - RIBEAU*, 2003 (CD-ROM).
- DURANTI, Luciana. *Diplomatica: nuevos usos para una antigua ciencia*. Carmona: Asociación de Archiveros de Andalucía, 1995.
- GALENDE DÍAZ, Juan Carlos; GARCIA RUIPÉREZ, Mariano. "El concepto de documento desde una perspectiva interdisciplinar: de la diplomática a la archivística". *Revista General de Información y Documentación*, 13-2 (2003), pp. 7-35. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/RGID/article/view/RGID0303220007A/9914>
- GARCIA PIQUERAS, Maria Belén. "Concepto, método, técnicas y fuentes de la Diplomática". In: Angel Riesco Terrero (org.). *Introducción a la Paleografía y la Diplomática General*. Madrid: Editorial Síntesis, 2001. pp. 191-203.
- GARCIA RUIPÉREZ, Mariano. "Los estudios de tipología documental municipal: entre la archivística y la diplomática". In: José Andrés Casquero Fernandez (coord.). *Homenaje a Antonio Matilla Tascón*. Zamora: Diputación Provincial de Zamora/ Instituto de Estudios Zamoranos "Florián de Ocampo", 2002, pp. 281-290.
- GHIGNOLI, Antonella. "La definizione dei principi e le metodologie diplomatistiche: innovazioni ed eredità". *Annali della Facoltà di Lettere e Filosofia dell'Università di Siena*, 12 (1991), pp. 39-53. Disponível em: <http://www.scrineum.it/scrineum/biblioteca/ghignoli.html>
- HEREDIA HERRERA, Antonia. "En torno al tipo documental". *Arquivo & Administração*, 6-2 (2007), p A03. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/51509>
- HEREDIA HERRERA, Antonia. *Archivística general; teoría y práctica*. 5 ed. Sevilla: Diputación Provincial, 1991.
- MACNEIL, Heather. *Trusting records: legal, historical and diplomatic perspectives*. Vancouver: Kluwer Academic Publishers, 2000.
- NASCIMENTO, Mariana Batista do; SILVA, Patrícia de Mello e; RODRIGUES, Ana Célia. "Sistema de Identificação de Tipologia Documental: instrumento técnico de aplicação da metodologia de identificação arquivística no âmbito do Programa de Gestão de Documentos do Estado do Rio de Janeiro". In: *Anais do XIX ENANCIB*. Londrina: UEL, 2018. pp. 5255-5274. Disponível em:

<http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIXENANCIB/xixenancib/paper/viewFile/1424/1711>

- PÉREZ HERRERO, Enrique. "Diplomática del documento administrativo contemporáneo a través de los cuerpos legales vigentes. El caso de Canarias". *Boletín Millares Carlo*, 13 (1994), pp. 297-326. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1465800>
- PETRUCCI, Armando. "Diplomatica vecchia e nuova". *Studi Medievali*, 4-2 (1963), pp. 785-798. Disponível em: <http://www.scrineum.it/scrineum/biblioteca/petrucci.html>
- RIESCO TERRERO, Angel. *Introducción a la paleografía y la diplomática general*. Madrid: Editorial Síntesis, 2001.
- RODRIGUES, Ana Célia. "Identificação arquivística como requisito metodológico do Programa de Gestão de Documentos do Governo do Estado do Rio de Janeiro (PGD-RJ): reflexões sobre a construção teórica dos procedimentos e instrumentos". In: *Anais do XIII ENANCIB*. Rio de Janeiro: ENANCIB, 2012. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/576/16.pdf?sequence=1>. Acesso em: 05 set. 2020
- RODRIGUES, Ana Célia. *Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos*. Tese de Doutorado em História Social, Universidade de São Paulo, 2008.
- RODRIGUES, Ana Célia. *Tipologia documental como parâmetro para a gestão de documentos de arquivos: um manual para o Município de Campo Belo, MG*. Dissertação de Mestrado em História Social: Universidade de São Paulo, 2003.
- ROMERO TALLAFIGO, Manuel. "Ayer y hoy de la diplomática, ciencia de la autenticidad de los documentos". In: Paola Carucci *et al.* (org.) *Documento y archivo de gestión: diplomática de ahora mismo* (Col. Biblioteca Archivística, 2). Carmona: S & C / Universidad Internacional Menéndez Pelayo, 1994. pp. 11-49.
- ROMERO TALLAFIGO, Manuel. "Diplomática del documento contemporáneo: sus aportaciones para la valoración y selección en los archivos". In: *Actas de las Primeras Jornadas sobre Metodología para la Identificación y Valoración de Fondos Documentales de las Administraciones Publicas*. Madrid: Dirección General de Bellas Artes y Archivos, 1992. pp. 51-59.
- SÁNCHEZ PRIETO, Ana Belén. "La crítica Diplomática y la edición de conjuntos documentales". In: Ángel Riesco Terrero. *Introducción a la Paleografía y la Diplomática General*. Madrid: Ed. Síntesis, 2001, pp. 349-352.
- TAMAYO, Alberto. "Diplomática". In: *Archivística, Diplomática y Sigilografía*. Madrid: Cátedra, 1996, pp. 55-270.
- TESSIER, Georges. *La diplomatique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1952.

Recebido em: 05/10/2020.

Aceito em: 07/12/2020.